



## **Lima Barreto e as Comemorações do Centenário da Independência do Brasil: Uma Leitura Sobre Memória, História e Poder**

Carlos Machado Noronha<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo visa discutir a visão do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) acerca das comemorações do centenário da Independência do Brasil. Para tal, utilizamos crônicas que escreveu entre os anos de 1920 e 1922 pelas quais percebemos seu interesse em lançar para seus leitores questões que fomentassem uma reflexão sobre a relação entre usos do passado, construção de memória histórica e legitimação de poder. Desse modo, sinalizamos nesse artigo a importância desse autor para a compreensão da cultura histórica brasileira de início do século XX.

**Palavras-Chave:** Brasil. Lima Barreto. Comemorações. Cultura Histórica.

### **Lima Barreto and the Celebrations of the Centenary of the Independence of Brazil: A Read on Memory, History and Power**

**Abstract:** This article aims to discuss the writer's vision Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) about the celebrations of the centenary of the Independence of Brazil. To do this, we use chronicles written between the years 1920 and 1922 in which we see his interest in releasing for your readers questions foment a reflection on the relationship between the past uses of historical memory construction and legitimation of power. Therefore, this article signaled the importance of this author for understanding the Brazilian historical culture of the early twentieth century.

**Keywords:** Brazil. Lima Barreto. Celebrations. Historical Culture

### **Introdução**

Algumas crônicas do carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) publicadas entre os anos de 1920 e 1922 expressam sua preocupação quanto à relação entre História, memória e legitimidade política. Para que possamos investigar o pensamento desse literato acerca daquela relação, selecionamos narrativas produzidas em torno de um evento carregado de simbolismo que muito agitou a imprensa da época: as comemorações do centenário da Independência do Brasil, iniciadas em setembro de 1922 e encerradas um ano depois.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor EBTT de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano).



A escolha de crônicas se deve não só pela grande produção barretiana desse gênero de narrativa como também pela sua importância no período e suas características. A crônica é herdeira do folhetim-variedades, muito veiculado na imprensa do século XIX. Segundo Alana El Fahl, esse gênero se encarregava de registrar e comentar fatos do dia a dia, apresentando um teor diversificado e ocupando as notas de rodapés dos jornais (EL FAHL, 2013, p. 36).

Conforme ainda aquela autora, a crônica literária invadiu o século XX, podendo-se afirmar que “um estudo detalhado de sua evolução revelaria muito da identidade nacional”, uma vez que essa apresenta uma profunda intimidade com o cotidiano brasileiro. Muitos literatos ganharam espaço na imprensa brasileira com a escrita de crônicas que passaram ter destaque nos periódicos que, por sua vez, tiveram seus números ampliados na esteira do denso processo de modernização entre fins do século XIX e primeiras duas décadas do século seguinte – período que Nicolau Sevcenko balizou como a “inserção compulsória do Brasil na *Belle Époque*” (SEVCENKO, 2003, p. 35-58).

Ente a literatura, jornalismo e história, esse gênero de narrativa ressignifica o cotidiano de forma literária, constituindo-se como um espaço de experimentação e investigação da realidade brasileira (RESENDE apud EL FAHL, 2013, p. 39). Outro aspecto que merece ser considerado acerca da imprensa, a fim melhor delinear nossas escolhas para a construção deste texto é a sua potencialidade de pluralização de memórias.

Aleida Assmann (2011, p. 53-54), ao discutir mudanças de valores que levaram à secularização do tempo e da memória, aponta a escrita como uma ferramenta importante nesse processo. Para essa autora, na era da imprensa a escrita criou outros espaços de recordação. Se pensarmos essa potencialidade para o momento acima apresentado, podemos observar as crônicas de Lima Barreto acerca do centenário da Independência do Brasil como uma tentativa desse autor em elaborar uma outra versão sobre aquele acontecimento bem como provocar discussões sobre a maneira como a maioria da imprensa da época e o governo republicano, a partir daquele evento, procuraram conformar uma imagem do passado nacional a fim de legitimar suas ações no presente e sinalizar possíveis avanços para o futuro.

Nesse sentido, nosso texto também procura através dessas crônicas, compreender aspectos da cultura histórica naquele início do século XX no Brasil. Aqui estamos entendendo cultura histórica conforme Jörn Rüsen. Para esse autor, a cultura histórica envolve diferentes



estratégias de investigação científico-acadêmicas assim como de criação artística, de luta pelo poder e outros procedimentos de memória histórica pública (RÜSEN, 2009, p. 2).

Como as crônicas passadas podem ser vistas como “registros sensíveis de um tempo” (PESAVENTO, 1997, p. 31) pelo historiador, acreditamos ser pertinente a leitura proposta para os textos barretianos que apresentaremos a seguir a fim de discutir diversas questões que envolveram as comemorações do centenário da Independência do Brasil.

### **Lima Barreto, Cronista das Comemorações do Centenário da Independência do Brasil**

O momento das comemorações do centenário da Independência do Brasil constituiu-se numa oportunidade de “anunciar um novo país para as outras nações e, para os próprios cidadãos brasileiros” (JUNQUEIRA, 2011, p. 157). Dentro desse “horizonte de expectativas”, procurou-se definir imagens nacionais, “modelando as lembranças do passado para arquitetar os modelos formadores da nacionalidade” (JUNQUEIRA, 2011, p. 157). O próprio pensamento sobre os fins da História nesse período também convergia para essa questão.

Ao se debruçar sobre os discursos proferidos por membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do ano 1889 até 1912, Hugo Hruby constatou a presença da noção de história como mestra de vida (HRUBY, 2007, p. 87). Os escritos de referências da intelectualidade da época como o historiador e filólogo João Ribeiro (1860-1934) e o crítico literário José Veríssimo (1857-1916) também enfatizavam o caráter pedagógico da História<sup>2</sup>, revelando, portanto, um dos traços da cultura histórica brasileira de início do século XX.

Além disso, se considerarmos que, em termos mundiais, a crise gerada pela Primeira Guerra Mundial ainda era um “fantasma” que causava desconforto, buscar a construção de uma imagem que representasse seus supostos progressos era algo almejado por muitas nações, principalmente para o governo brasileiro que tinha iniciado o seu regime republicano em fins do século XIX. Fernando Catroga afirma que, “seja como recordação ou como esquecimento, nunca é o passado que se impõe ao presente, mas é este, enquanto permanente tensão e protensão, que vai urdindo as tonalidades de presença do ausente” (CATROGA, 2009, p. 19).

Desse modo, selecionar, dentro do quadro da memória histórica nacional, o acontecimento representativo do início do Brasil como nação livre, foi uma estratégia importante para a construção daquela imagem como também estabelecer uma versão sobre o

<sup>2</sup> Para maiores informações ver: HANSEN, 2000, p. 43-47; VERÍSSIMO, 1985, p. 103.



passado. E, as cerimônias comemorativas são um dos modos de preservar versões do passado. Esses usos da memória têm suas implicações sociais e, nesse sentido, as observações de Lima Barreto sobre as comemorações do centenário da Independência do Brasil podem contribuir para o adensamento dessa discussão.

Vale ressaltar, antes de adentrarmos pelas linhas escritas por Lima Barreto, que não analisaremos seus textos a fim de apresentar a veracidade dos fatos que narram. Como foi acima apresentado, as crônicas apresentam um caráter híbrido e os historiadores, ao lidar com essas fontes, precisam estar atentos à verdade da ficção literária. Contudo, é importante contextualizar as condições que possibilitaram a emergência daquelas narrativas.

Sandra Pesavento é bem esclarecedora acerca da relação entre historiadores e textos literários quando afirma:

A verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada [...]. Tais fatos narrados se apresentam [...] como possibilidades, como posturas de comportamento e sensibilidade, dotadas de credibilidade e significância (PESAVENTO, 2006, p. 8).

A partir dessas considerações, vamos observar na crônica “Extravagâncias Oficiais”, publicada na revista A.B.C. no dia 17 de janeiro de 1920, como Lima apresenta comentários acerca da proximidade da comemoração do centenário da Independência do Brasil e, no segundo momento do texto, de uma proposta de estudos acadêmicos no exterior. Segundo os objetivos traçados para esse texto, nossa atenção estará na primeira parte da crônica.

Lima inicia essa afirmando que a data do centenário da Independência, a ser festejada só no ano de 1922, já “escalda as imaginações patriotas” (BARRETO, 2004, p. 101). A partir disso ele emite sua opinião sobre essa data:

Não tenho a data em grande conta, e não a acho certa. A nossa independência, ou se deu um pouco antes ou se deu um pouco depois, quando Portugal a reconheceu. Mas o tempo, portanto, de uma data não passa afinal de uma criação de nosso entendimento; nada fora de nós dá-lhe existência; e, estando todos nós a aceitar o tal de 7 de setembro como marcando nossa separação política de Portugal, não vale a pena epilogar a respeito. É um fato (BARRETO, 2004, p. 101).

Ao se referir ainda no ano de 1920 que a comemoração já escaldava as imaginações patriotas, faz uma alusão a discussões de anos anteriores e projetos acerca da forma e do conteúdo que deveriam compor aqueles festejos.

O governo, desde 1916, já vinha discutindo questões referentes às festividades do centenário e, até mesmo, trabalhando na elaboração de um projeto acerca das



distintas celebrações que permeariam a data comemorativa dos cem anos da Independência. Mas foi somente três anos mais tarde que esse plano ganhou forma e um conteúdo mais consistente. Substituindo o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados número 278 de 1916, o de 1919, continha cerca de cem artigos e estabelecia as bases para a constituição de uma Comissão Comemorativa do Centenário e todos os processos legais para a realização do respectivo evento. O principal objetivo era que, em todos os pontos do território nacional, se realizassem demonstrações de patriotismo pela data em que se completava o primeiro século de emancipação política do Brasil (JUNQUEIRA, 2010, p. 73).

Lima, então, chama a atenção do seu leitor para a mobilização em torno desse evento que estava relacionado à evocação de um acontecimento passado. E, logo em seguida, distanciando-se daqueles sujeitos envolvidos em monumentalizar aquela data, ele apresenta sua discordância em relação ao seu significado, o que de certa forma, insinua aspectos inventivos presentes na atribuição de sentido ao passado. Contudo, ele acaba por confirmar a aceitação coletiva do 7 de setembro, demonstrando seu desinteresse em continuar discutindo isso.

Essas primeiras observações de Lima Barreto sobre o centenário, faz-nos dialogar com algumas considerações do antropólogo francês Joël Candau quando este discute as possíveis relações entre a memórias individual e coletiva.

[...] Os quadros sociais facilitam tanto a memorização como a evocação (ou o esquecimento) – podemos nos apoiar sobre a memória dos outros – os orientam, conferindo-lhes uma “luz de sentido” comandada pela visão de mundo social da sociedade considerada. Nisso toda a memória é social, mas não necessariamente coletiva – e em alguns casos e apenas sob certas condições se produzem “interferências coletivas” que permitem a abertura recíproca, a inter-relação, a interpenetração e a concordância mais ou menos profunda de memórias individuais. (CANDAU, 2011, p. 49).

O 7 de setembro parece ser esse “local” de interpenetração. Por outro lado, temos que considerar, como salienta Catroga, a maior margem de manobra para o uso e abuso da memória, tendo em vista o quanto maior for a sua dimensão coletiva e histórica (CATROGA, 2009, p. 48). Nesse sentido, Lima apresenta-se muito atento a esses usos e abusos quando, ao dar continuidade a sua crônica do dia 17 de janeiro de 1920, volta seu olhar para um projeto da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro que pretendia “erguer no alto do Morro do Castelo um reprodução, em miniatura, do famoso Castelo da Pena, que existe nas proximidades de Lisboa”, a fim de festejar o centenário (CATROGA, 2009, p. 48).

Lima se questiona sobre a relação que poderia haver entre a Independência do Brasil e a “reliquia medíocre e mourisca do velho reino lusitano”.



O que ela para nós, brasileiros, que nascemos do Portugal da Renascença e não do Portugal que andava às turras com o mouros, como recorda essa obsoleta velharia que os portugueses estão no dever de venerar e conservar... mas que nenhuma relação tem? Por que [...] não o Mosteiro da Batalha, em Aljubarrota, que marca o advento da dinastia real portuguesa, sob o auspício da qual foram descobertas as terras que habitamos e começou o seu povoamento? [...] Se tivéssemos que copiar algum monumento de Portugal a fim de recordar as suas navegações, na devia ser o tal castelo semimourisco, mas os Jerônimos, que lembram Dom Manuel, a mando de quem Cabral navegava, e as descobertas e proezas dos portugueses, na Índia, sendo a do nosso país uma função delas. O melhor não seria, talvez, Mafra, a Mafra de Dom João V, para cuja edificação muito contribuiu o ouro de Minas e outras partes do Brasil? (BARRETO, 2004, p. 101-102).

Nesse trecho, o autor sinaliza aos seus leitores possíveis seleções de elementos do passado que poderiam contribuir, naquele contexto de proximidade do centenário da Independência, para a constituição da consciência histórica e, por conseguinte, para um delineamento de uma identidade. Ao levantar aquele questionamento, não podemos deixar de apontar que o cerne dessa discussão parte de uma intervenção do governo municipal num espaço da cidade representativo da sua fundação, o Morro do Castelo.

Para melhor compreensão dessa estratégia narrativa barretiana, vale trazer para nossa discussão o pensamento do teórico da História, Jörn Rüsen sobre consciência histórica e retomar as assertivas de Candau acerca de memória, uma vez que perceberemos como ambas nos apontam aspectos da relação dos indivíduos com o tempo. Rüsen afirma que a consciência histórica:

[...] é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Essas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida. [...] [E a narrativa constitui essa consciência] ao representar as mudanças temporais do passado rememoradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapolada em uma perspectiva de futuro (RÜSEN, 2001, p. 59-65).

A proposta barretiana com aquela discussão parece ser a de estimular uma reflexão do seu leitor acerca de como sua relação com o passado está em consonância com as expectativas de futuro oriundas das condições apresentadas pelo seu presente. Essa relação temporal, no texto, é exemplificada pela tentativa dos governantes em conformar uma imagem da nação a partir dos festejos do centenário.

Isso levanta a outra discussão acerca da relação entre memória e identidade. Candau (2011) argumenta que a memória nos modela e é por nós modelada. Desse modo, a memória e



a identidade estão relacionadas, uma vez que, ao selecionarmos o que devemos lembrar, estamos configurando nosso pertencimento a um grupo, a uma nação e estabelecendo uma distinção em relação aos outros (grupos, nações etc.).

Insatisfeito com aquele projeto, Lima faz outra observação, ou melhor uma contraproposta, deixando transparecer ao leitor, ainda mais, o uso do passado para legitimar o presente e sinalizar projeções para o futuro.

De qualquer forma, a idéia é positivamente das mais infelizes; e, nem ao menos é do jeito daquelas dos americanos, pelos quais tanto enrabichado anda o Senhor Eptácio. Os yanques, segundo dizem, transportam as pedras, os mármore, as telhas, os tijolos, etc., de castelos mais ou menos célebres da Itália, França e outras partes da Europa e, no seu país de escassa história, reproduzem esses monumentos deveras desgraçados, que irão sofrer um exílio amargo que a sua idade não merecia, embora estejam cobertos de crimes. (BARRETO, 2004, p. 102).

Desse modo, Lima encerra essa primeira parte de sua crônica, afirmando que o monumento medieval que a Prefeitura pretende erguer vai enfeiar a cidade – “parecendo não ter um Sá à frente dela” – e sugerindo que se ponham anúncios nos jornais para recebimento de outras propostas para o festejo da independência, pois, acredita ele, “não faltará quem as tenha”.

Esse desfecho lança ao público a outra faceta do processo rememoração: o esquecimento (“parecendo não ter um Sá à frente dela”). Além disso, sugere que poderia haver outras possibilidades de seleção do passado – outras memórias – que se tivessem espaço certamente seriam apresentadas, adensando ainda mais a disputa pela legitimação do presente de certos grupos a partir comemoração do centenário da Independência.

Essas considerações de Lima Barreto nos levam a refletir também sobre o seu interesse pela memória histórica que estava sendo produzida naquele momento. Lima tinha, inclusive, entre suas leituras os já acima citados João Ribeiro (BARRETO, 1961, p. 112) e José Veríssimo bem como a revista do IHGB (BOTELHO, 2001, p. 165-186; BARRETO, 1961, p. 147)<sup>3</sup>. Isso nos indica que, entre suas preocupações intelectuais, estava aquela discussão acima apresentada do caráter pedagógico da História cujo objetivo era formar cidadãos patrióticos, sendo a crônica acima, um dos indícios daquele interesse.

---

<sup>3</sup> A própria biblioteca particular de Lima, a “Limana” como Barreto a denominava, possuía entre as obras de literatura e filosofia, 63 exemplares com temas sobre História Geral e do Brasil. Isso não permite afirmar que leu todas, mas dimensiona a atenção que Lima Barreto tinha por esse assunto.



Tanto é que algumas dessas questões vão ser rediscutidas nas suas crônicas seguintes. Ainda naquele ano de 1920, o seu incômodo com a criação de certas tradições foi novamente expresso na crônica “Livro de Viagens”, publicada no dia 16 de abril nas páginas da Gazeta de Notícias. Lima Barreto procura discutir a forma como livros de viagens escritos por diplomatas abordam nações estrangeiras. Isso no início do texto, pois a partir daquela discussão, autor vai tecendo comentários sobre construção de tradições pela História. Ao se referir ao livro Na Argentina do diplomata e historiador Oliveira Lima (1867-1928), Barreto assinala:

A impressão de leitura mais forte que me ficou do livro do Senhor Oliveira Lima foi o esforço extraordinário feito pelos argentinos para criar um passado, para organizar tradições. Os seus publicistas, os seus poetas, os seus romancistas, andam em busca de ninharias de anteontem para transformar em motivos de epopéias e longos e substanciais estudos (BARRETO, 2004, p. 167).

Nas linhas seguintes, Lima Barreto afirma que algo semelhante estava acontecendo no Brasil:

[...] Tanto para lá como para aqui, não me cabe censurar tal cousa; mas lembro que tradição só é tradição aquela que se faz espontaneamente e sem esforço é guardada na memória de todos, dispensando qualquer preocupação de exatidão e estreita veracidade histórica. A tradição palpável e documentada só pode ser relatório.[...] Guardar muito minuciosamente cousinhas desvaliosas de uso de personagens que amanhã serão desvaliosos não pode formar tradição alguma. A história e a tradição não são feitas pelos contemporâneos nem pela geração que se segue. Pedem para serem feitas algumas gerações adiante (BARRETO, 2004, p. 167).

Barreto toca, então, na questão do limite da objetividade histórica e da necessidade de revisão da escrita do nosso passado pelas novas gerações. Além disso, percebe-se nessas afirmações de Lima Barreto a indicação, tão negada pelos positivistas e historicistas de vertente rankeana, da subjetividade do pesquisador (cientista-historiador) e da sua própria historicidade bem como do aspecto inventivo presente no estudo do passado.

Esses trechos da escrita barretiana indicam, de certo modo, o seu olhar sobre as discussões historiográficas cujo objetivo era conformar uma identidade nacional que, ao mesmo tempo, elevasse o Brasil à categoria de nação civilizada e legitimasse o presente republicano.

A concepção de história e o tipo de narrativa histórica que estariam sendo elaborados no período (primeiras décadas do século XX), portanto, decorriam, em parte, das novas exigências políticas desse novo regime. Um regime que precisava se legitimar, produzindo tanto um “passado” no qual pudesse se reconhecer e ser reconhecido, como “futuros” que pudessem ser projetados e nos quais se pudesse



acreditar. [...] é nesse momento que o debate sobre o caráter científico desse saber/disciplina (a História) cresce, ao mesmo tempo em que ela é considerada um dos índices de “civilização e progresso” de uma nação “moderna”. História, ciência e progresso eram termos correlatos de uma mesma equação, no início do século XX (GOMES, 2009, p. 24-25).

Pelo texto, notamos como o literato procurava publicizar esses interesses, demonstrando sua reprovação desse uso do passado que produziria uma memória petrificada.

Segundo Joël Candau:

[...] toda memória petrificada tende ao fechamento em si. Porque se quer autorizada, não está disponível para as interpretações sucessivas que caracterizam toda memória viva e já não assegura o trabalho que, no decorrer das gerações, seleciona o que é admitido pelo grupo e o que deve ser rejeitado (CANDAU, 2011, p. 191).

Outro aspecto que merece nossa atenção nessas considerações de Lima Barreto é a condição da historiografia como também fonte produtora e legitimadora de memórias e tradições que não escapa ao seu olhar atento às relações entre sociedade e produção de conhecimento da época. Nesse sentido, nas linhas que se aproximam do fim de sua narrativa, o autor elogia o livro de Oliveira Lima e se debruça exatamente sobre o que aquela tradição poderia estar relegando ao esquecimento:

[...] é povo argentino. [...] Mesmo em literatura, a obra só nos fala de autores consideráveis, não há dúvida, mas de autores cujo mérito a importância de sua posição social torna de alguma forma suspeito. Nas nossas democracias sul-americanas, sequiosas todas de medalhas e considerações, os poderosos não deixam aos humildes nem o direito de dizerem tolices em prosa ou verso. Eles o tomaram também para si (BARRETO, 2004, p. 168).

Essa crônica, aparentemente, não tem como foco as comemorações do centenário da Independência. Contudo, traz questões que envolvem a sua organização, mantendo relações com o seu texto anterior acima discutido. Ao retomarmos o que havia sido estabelecido naquele projeto de 1919, percebemos que cabia à comissão do Centenário “organizar e realizar, na época do centenário da Independência, congressos científicos, literários, históricos, de belas artes, de instrução primária, secundária, superior, técnica e profissional” (JUNQUEIRA, 2010, p. 74).

Foi a partir desse dispositivo legal que se estabeleceu o concurso público na Capital Federal e nas demais sedes dos outros estados para a composição de trabalhos históricos que constituiriam o Livro do Centenário da Independência do Brasil. As monografias [...] dissertariam sobre assuntos como o Brasil Colonial, a legislação e instrução brasileira, a evolução econômica do país, o Primeiro Reinado, o comércio e a indústria, dentre outros variados temas. Ulterior concorrência estipulada pelo Congresso Nacional foi referente à realização de pequenos esboços a óleo [...] de quadros históricos e alegorias sobre fatos da história do Brasil. As telas premiadas



seriam destinadas ao futuro Museu Histórico Nacional a ser construído de acordo com o artigo 5º do Projeto de 1919. O estabelecimento ainda guardaria, após a devida catalogação e estudo, quaisquer objetos de importância histórica que tivessem relação próxima ou remota com o Brasil, permitindo atestar a evolução da civilização brasileira e manter o culto da tradição através das lembranças das glórias nacionais (JUNQUEIRA, 2010, p. 74).

Dentro das comemorações do centenário, portanto, tinha como um dos objetivos, algo muito semelhante ao que Lima havia observado na obra de Oliveira Lima: a tentativa de, através de “ninharias de anteontem”, produzir uma memória que legitimasse o presente da nação e permitisse projetar um futuro de grandeza na seara do progresso. Ainda sobre esse texto de Lima, devemos assinalar o autor da obra a partir da qual ele elaborou sua argumentação sobre a criação de tradições nacionais.

O historiador e diplomata pernambucano Manoel de Oliveira Lima era um dos representantes da intelectualidade brasileira que se destacou internacionalmente pelas suas obras e como funcionário do governo. Ele é autor de cerca de 40 obras (BAGGIO, 1999, p. 401) – sendo que Dom João VI no Brasil, a mais conhecida e considerada clássico da historiografia brasileira, fazia parte da biblioteca particular de Lima Barreto (SCHWARCZ, 2010, p. 687) – e, dentro daquela chamada “inserção compulsória do Brasil na Belle Époque”, tinha como umas das suas funções representar o país como uma nação civilizada no exterior. Como exemplo desse papel, podemos destacar as conferências proferidas na França sobre a “Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira”, reunidas em livro publicado em 1911.

Nessa obra, destaca-se a forte relação entre divulgação do conhecimento histórico e patriotismo a fim de dar uma idéia da “evolução do país” (VERRÍSSIMO, 1997, p. 29). Desse modo, percebemos como Lima foi pertinente em escrever sobre a mais recente obra desse historiador num momento em que, como vimos, planejava-se um grande evento que tinha por objetivo também apresentar a “evolução do país”.

Nesse clima de “invenções de tradições”, partimos para o ano de 1922 no qual Lima vai se debruçar, como cronista da Revista Careta, sobre as repercussões dos festejos propriamente ditos do centenário entre fins de setembro e inícios do mês de outubro. No dia 30 de setembro, ele tem publicado a crônica “O centenário” na qual, em consonância com aquele pensamento da ausência do povo na constituição de certas tradições nacionais presente



na obra de Oliveira Lima, procura apresentar ao leitor um certo alheamento do povo da cidade em relação às festas comemorativas do centenário da Independência.

[...] O observador imparcial não vê nele nenhum entusiasmo, não lhe sente no âmago nenhuma vibração patriótica. Se não há, na nossa pequena gente, indiferença; há, pelo menos, incompreensão pela data que se comemora. [...] o nosso povo carioca [...] nunca levou a sério as datas nacionais, sempre elas mereceram essa atitude displicente que está tomando agora como o “Centenário”, festejado tão pomposamente com bailes e banquetes. (BARRETO, 2004, p. 563).

Em seguida, foca nas condições econômicas que aquele povo estava passando, realizando um contraponto aos gastos do governo com as festas comemorativas. Lima Barreto vai construindo uma outra memória daquele momento na qual registra a sua crítica ao possível encobrimento da realidade nacional que poderia estar sendo realizada pela imagem de nação em caminho do progresso, representada por aquelas festividades a partir da evocação de acontecimentos gloriosos do passado. Para tal, ele insere na sua narrativa, como exemplo, trechos de um conto inglês no qual um mendigo fala do seu pertencimento ao império britânico com suas grandes possessões de territórios.

Contudo, o mendigo se questiona: “Que me vale ter nominalmente tantas terras?”. A sua situação era de grande penúria, vestindo-se de farrapos, dormindo ao relento e passando dias sem comer. Ao final, ele lamenta que antes “tivesse alguns níqueis por dia”. Para Lima, o povo carioca tem um pensamento parecido.

[...] Dirá ele: Que me adianta José Bonifácio, Pedro I, Álvares Cabral, o Amazonas, o ouro de Minas, se levo a vida a contar vinténs, para poder viver? Um tal estado de espírito não é favorável para entusiasmos patrióticos, ao contrário, há de trazer depauperamento e abatimento geral. [...] Um pobre chefe de família tem que pensar constantemente no dia de amanhã. Terá ele tempo de impressionar-se com festividades patrióticas em que mais predominam jogos de bola e outras futilidades do que mesmo manifestações sérias de culto ao país e a seu passado? (BARRETO, 2004, p. 563).

A situação financeira do país naquele momento era preocupante, uma vez que estava passando por um momento de crise do café, uma inflação em alta e crise fiscal (FRITSCH, 1993, p. 3). O governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) havia ainda investido bastante na realização da Exposição do Centenário – esta a partir de 1921 foi denominada de internacional, pois, conforme sugestões de 1920, passaria a estar conjugada a uma exposição internacional do comércio e indústria (JUNQUEIRA, 2010, p. 76) –, que apresentou uma infraestrutura monumental.



Lima não via naquela exposição algo que representasse o progresso alcançado pelo país ao longo dos 100 anos de sua independência política e, para isso, desloca o olhar dos seus leitores para a situação de penúria da população em geral, desconstruindo o mito de evolução social que o evento do centenário buscava representar. Desse modo, o autor passa a questionar os “rituais criados” para a comemoração do centenário bem como a sua respectiva “cobertura” pela imprensa, num segundo plano de sua abordagem.

O Brasil passa por uma crise curiosa que não sei como classificar. Como estas festas do “Centenário”, nós vemos uma de suas manifestações. Abre-se um jornal qualquer. Páginas e páginas são ocupadas com notícias de pugnas esportivas que se destinam a consagrar a efeméride que passa. A data em si é esquecida; tudo que se pode relacionar com ela, o é também; mas o negócio de bola e de Box ocupa o primeiro lugar. De forma que nós não festejamos os cem anos da nossa independência política. O que nós fazemos, é transformar o Rio de Janeiro num grande campo de lutas de Box e corrida de cavalos (BARRETO, 2004, p. 563-564).

Para finalizar sua crônica, Lima lança mão de sua característica ironia, ratificando seu pensamento inicial sobre a não associação do povo às festas do centenário. Ele afirma que às esportivas, às de iluminárias e às paradas militares o povo se associa de bom grado. “O povo saberá o parentesco que elas têm.

A crítica barretiana foca num dos símbolos da chegada da modernidade no Brasil via Rio de Janeiro: a prática esportiva. Lima desde 1918 já se pronunciava sobre as possíveis desvantagens sociais que o futebol estava trazendo para a sociedade brasileira como, por exemplo, a violência e o estímulo às rivalidades entre estados (BARRETO, 2004, p. 372-375). Outro aspecto que negativo era o preconceito racial (BARRETO, 2004, p. 432-434).

Contudo, a prática esportiva ganha popularidade e foi uma das formas de apresentar o país aos olhos estrangeiros e nacionais durante o centenário como uma nação que adquiriu hábitos saudáveis e adotou práticas com fins disciplinadores como o ideário modernizante da época preconizava (MELO, 2000, p. 64; HERSCHMANN; LERNER apud AUGUSTO, 2006, p. 5). Daí a insatisfação de Lima Barreto ao mencionar às notícias que apresentam os eventos esportivos ocorridos durante a comemoração do centenário. E, essa própria memória que a imprensa vai forjando ao noticiar aqueles eventos é, pelo que podemos observar nas suas considerações – “páginas e páginas são ocupadas com notícias pugnas esportivas que se destinam a consagrar a efeméride que passa. A data em si é esquecida” – vista de forma negativa.



Lima procura tornar público a construção daquela memória pela imprensa, elaborando, por sua vez, uma memória da cobertura que essa realizava dos festejos do centenário da Independência e, claro, utilizando-se do meio mais eficaz de divulgação de informações à população: a própria imprensa (essa memória da cobertura teve continuidade como veremos nas crônicas seguintes analisadas nesse trabalho). Vários periódicos noticiaram o centenário, sendo até criada uma revista específica sobre A Exposição de 1922. A revista A Exposição de 1922 foi lançada com a:

[...] incumbência de divulgar e promover tanto o planejamento da mesma, como anunciar os diversos produtos a serem expostos não só pelo Brasil, mas pelas demais nações amigas que participariam. No primeiro número da revista, lançado em julho de 1922, Pádua Resende pontuou que a mostra, a ser inaugurada no dia 7 de setembro, constituiria a ocasião para demonstrar o progresso brasileiro (JUNQUEIRA, 2010, p. 84).

Essa participação da imprensa na divulgação e enaltecimento das comemorações do centenário foi tão grande que O Livro de Ouro Comemorativo do Centenário do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, publicado durante os encerramentos das festividades, reservou na sua segunda parte uma seção intitulada A Voz da Imprensa, na qual tratou da abordagem dada por este meio de comunicação ao centenário, além das várias edições especiais lançadas sobre o tema (JUNQUEIRA, 2010, p. 86). Lima Barreto, como observador do cotidiano e leitor dos jornais, não deixou, então, de transformar isso em matéria literária, trazendo elementos que permitissem uma discussão sobre o modo como determinados setores da sociedade interpretavam suas experiências em relação ao tempo.

Numa crônica seguinte, Lima Barreto retoma sua discussão sobre as manipulações da memória acerca do passado brasileiro, dando continuidade à tão badalada comemoração da Independência do Brasil. Através de um diálogo imaginário entre dois monumentos representativos de personagens envolvidos naquele momento histórico. A crônica “Pedro I e José Bonifácio”, publicada na revista humorística Careta de 7 de outubro de 1922, tem como início a visita da estátua de José Bonifácio à do “real Pedro”.

Mal Pedro I encontrou-se com o seu antigo ministro, foi logo perguntando:

- Já falaram em nós?

- Qual o quê, Majestade! Nem pio!

- Não ouvi nada a respeito e tenho lido as gazetas; mas, nelas, cousa alguma encontro em que se fale de nós com referência à independência do Brasil.

- Mas, de quem falam eles, afinal?

- De Pedro Álvares Cabral, de Fernando de Magalhães, Vasco da Gama, de [...]



- Mas o que tem essa gente com o Sete de Setembro? (BARRETO, 2004, p. 565).

O diálogo prossegue com a resposta de Bonifácio de que aqueles nomes nada têm com o Ipiranga, mas que os “comemorativistas” falam neles. Em seguida, Bonifácio revela a Pedro I que Carlos Sampaio – prefeito do Distrito Federal e membro da Comissão do centenário da Independência - até arranhou dois marcos da fundação da cidade, “para homenagear Estácio de Sá, por ocasião do centenário de nossa emancipação política”.

- Dous!

-Dous, sim, Majestade!

- Como?

- É verdade. Um é da metade, por aí assim, do século passado; e foi fincado, por deduções históricas de um historiador desse tempo.

- E o outro?

- O outro? O outro, ele o achou na Igreja dos Capuchinhos, no morro do Castelo; e, por ocasião de iniciar a demolição do morro e da mudança dos respectivos religiosos, Sampaio o levou em carreta, com toda a solenidade, para a nova residência dos freires barbados.

- Este também foi por deduções, que...

- Não, Majestade. Este último parece autêntico (BARRETO, 2004, p. 565-566).

Diante dessa situação, “Sua Majestade”, desapontada, despede-se de Bonifácio afirmando que não faria mais “independência e cada um segue “para suas respectivas “casas”.” Três aspectos chamam nossa atenção nessa crônica. O primeiro é referente à continuidade da análise de Lima Barreto sobre as notas dadas pela imprensa ao centenário. São às “gazetas” que recorrem as “personagens-monumentos” para se informarem acerca das comemorações.

Através daquele diálogo ficcional, Lima desautoriza a memória forjada pela imprensa, pois os próprios participantes da proclamação da independência em 1822 não se vêem representados nas festividades do centenário. Esse aspecto fica ainda mais acentuado, uma vez que os personagens são monumentos, ou seja, já tinham sido incorporados à memória histórica nacional.

Mais uma vez o cronista salienta a seleção do passado realizada pela rememoração e sua relação com o presente. E a ciência histórica também participa desse “jogo” de lembranças e esquecimentos. O segundo aspecto que destacamos da crônica “Pedro I e José Bonifácio” é justamente o modo como, através daquele diálogo, é explicitada a presença de um historiador na ratificação de um novo marco de fundação da cidade.



O Morro do Castelo foi demolido e em parte de sua área foram abertas largas ruas nas quais construíram pavilhões para a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Isso havia gerado antes uma grande discussão sobre se havia sentido a destruição de um marco histórico da fundação da cidade. Foi o que ocorreu em nome de procedimentos civilizatórios e modernos.

Na visão dos defensores da destruição do morro, os melhoramentos na capital eram necessários. O Morro do Castelo representava para eles a desorganização sanitária com os surtos de varíola e febre amarela, o atraso, contrastando com a imponente e moderna avenida Rio Branco que ficava a apenas 20 metros dele (JUNQUEIRA, 2010, p. 76).

Lima se apropria desse contexto para lançar sua discussão sobre a relação do poder público e da imprensa com a memória da Independência do Brasil, promovendo, por conseguinte, através daquele diálogo, outra discussão relacionada àquele momento: a História, a partir de padrões da moderna ciência, e sua colaboração na legitimação do regime republicano (GOMES, 2009, p. 24-25).

Nesse sentido, o segundo marco de fundação encontrado, relatado no diálogo entre Pedro e Bonifácio, é considerado autêntico, pois não foi algo realizado por deduções históricas. Lima se mostra incrédulo quanto à cientificidade da historiografia da época e parece mais preocupado com as suas produções e legitimações de memórias e tradições, como vimos na crônica “Livros de Viagens”.

O último aspecto que podemos sinalizar naquela narrativa barretiana é a imagem que constrói de monumentos que descem dos pedestais. Lima opera uma desmonumentalização daquelas figuras históricas, o que indica, como foi apresentado na sua primeira crônica aqui discutida, os aspectos inventivos presentes na rememoração do passado e suas relações com questões sociais, políticas e culturais do presente.

Fernando Catroga traz argumentos que permitem uma melhor compreensão dessas relações entre historiografia, memória e política. Esse autor destaca que “a historiografia chega mesmo a fornecer credibilidade cientista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação” (CATROGA, 2009, p. 46). Durante as comemorações do centenário, foi até promovido um congresso internacional de História da América sob responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (JUNQUEIRA, 2010, p. 83) e, ao longo



das primeiras décadas do século XX, procurou-se rediscutir a história nacional, havendo até disputas entre grupos políticos pela “escolha” de novos “heróis” nacionais que se iniciaram ainda na última década do século XIX (CARVALHO, 1990, p. 35-73).

Lima Barreto era sensível a essas situações e acabou problematizando-as através de sua escrita. Ao dar continuidade a sua “cobertura” do centenário na mesma Revista Careta daquele 7 de outubro de 1922, o autor revela que, por motivos de saúde, não pôde acompanhar as comemorações do centenário. “Não vi a parada naval; não vi os fogos-de-benguela da praia de Botafogo; nada vi, enfim nem mesmo a exposição propriamente dita” (BARRETO, 2004, p. 567). Diante dessa situação, ele esclarece ao leitor como aproveitou esse tempo em casa para “estudar certas feições especiais dessa grandiosa comemoração”. “Os senhores hão de se admirar de como possa eu, sem ter assistido sequer um festejo, apreciar feições características do atual centenário. É muito simples. Leio como maior cuidado os jornais” (BARRETO, 2004, p. 567).

Novamente ele vai realizar ácidas críticas ao destaque dado aos eventos esportivos como na crônica do dia 30 de setembro. Contudo, nessa de outubro, como o seu próprio título sinaliza – “Congressos” – ele vai se debruçar sobre os congressos que faziam parte dos festejos do centenário.

Outra feição própria da atual “comemoração é a quantidade de “congressos” que estão funcionando, inclusive o “nacional”, de que ninguém dá fé.

Tenho estudado com afincos os seus programas; e, com o mais rigoroso método científico, procurando estabelecer uma regra geral para eles. Horas e dias, passo a comparar o do “Meias para Homens e Senhoras” com o de “Eixos e Rodas para Carruagens”, com o de “Passarinhos em Gaiolas e fora delas”, com o do de “Micróbios Lunares” e tantos outros, para chegar afinal à lei geral que os rege. Não chego, não cheguei e, talvez, não chegarei nunca a uma solução satisfatória e rigorosamente científica.

Entretanto, empiricamente, posso afirmar que, o programa comum a todos eles, quer se trate do de “Batráquios e Reptis”, quer se trate do da “Navegação a vapor, na Idade Média”, ou outro qualquer consiste:

1º dia – Inauguração. Banda de música. Hino Nacional. Discurso do presidente.

2º dia – Chá-dançante, para estudo das teses para debater.

3º dia – Subida do Corcovado e apreciação empolada de la natureza.

4º dia – Passeio na Avenida e adjacências ainda para estudo das teses.

5º dia – Espetáculo no Municipal, em chinês.

6º dia – Football etc.

7º dia – Encerramento. Banda de Música. Hino Nacional. Discurso do presidente, concluindo, segundo um filósofo chinês, que o mais sábio é não agir.

Eis aí (BARRETO, 2004, p. 567-568).



Com essa apreciação, vemos, inicialmente, a explicitação de Lima Barreto quanto ao seu “método” de análise dos festejos do centenário. As suas “fontes” foram os jornais, corroborando ainda mais com a nossa visão de que esse autor travou um embate contra a memória produzida pela imprensa da época referente àquele evento.

Podemos notar também como parodia o discurso oficial quanto à realização de congressos científicos durante a Exposição de 1922, destacando mais seu caráter festivo do que propriamente preocupado com o avanço da ciência no país. A representação desse centenário como um edifício de bela fachada e pobres fundações parece ter sido a visão crítica de Lima Barreto daquela tentativa oficial de mostrar o país como nação moderna possuidora de um regime político que a conduzia, inexoravelmente, ao progresso.

### **Considerações Finais**

Ao seguir essas linhas escritas por Lima Barreto acerca das comemorações do centenário da Independência do Brasil, percebemos como esse autor promoveu uma discussão pertinente quanto às relações entre memória, história e legitimação política. Ele expôs a maneira como a imprensa teve um papel importante na construção de uma memória daquele evento bem como buscou trazer reflexões ao público sobre os usos políticos do passado. Em relação a esse tema, naquelas crônicas o autor destacou a escrita da História como participante na criação de certas tradições, legitimando uma memória histórica de caráter personalista e elitista.

Além disso, percebemos como Lima Barreto manteve um intenso e tenso diálogo com a cultura histórica da época, trazendo para o historiador elementos representativos dos modos como certos sujeitos se relacionavam com o passado. E, nessa relação, a busca por orientação diante das mudanças no presente e como isso vai repercutir nas suas projeções para o futuro é discutido pelo autor ao escrever sobre as comemorações do centenário da Independência do Brasil.

Lima Barreto problematizou, portanto, ritos de recordação, trazendo para seus leitores aspectos que demonstram a seleção do passado operada neles e sua consequente produção de esquecimentos. Essa observação barretiana merece ser maior aprofundada, pois não foi ainda explorada pelos diversos trabalhos que abordam a sua obra.



Nosso estudo, ainda que incipiente, procurou sinalizar essa faceta de Lima Barreto. Algumas das crônicas aqui discutidas, inclusive, não foram ainda analisadas pela fortuna crítica acerca desse autor, como, por exemplo, “Pedro I e José Bonifácio” e “Livros de Viagens”. Acreditamos que essa faceta terá melhores desdobramentos à medida que seus romances, anotações pessoais e cartas sejam incorporadas à discussão – uma vez que teremos um maior conhecimento de seus projetos enquanto escritor e narrativas mais densas – bem como outras produções textuais da época também relacionadas com a cultura histórica.

### Referências

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.
- AUGUSTO, Emília Carolina Bispo dos Santos. Olho no lance: futebol e modernidade na crônica de Lima Barreto. **Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**: “Usos do passado”. Rio de Janeiro, 2006.
- BAGGIO, Kátia Gerab. O olhar de Oliveira Lima sobre a América Latina. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; LOKOI, Zilda (Orgs.). **História**: fronteiras. Florianópolis: Humanitas, 1999.
- BARRETO, Lima. Bendito football. In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. **Toda Crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BARRETO, Lima. Congressos. In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. **Toda Crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BARRETO, Lima. **Contos completos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- BARRETO, Lima. Extravagâncias oficiais. In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. **Toda Crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BARRETO, Lima. Livros de viagens. In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. **Toda Crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BARRETO, Lima. O centenário. In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. **Toda Crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BARRETO, Lima. Pedro I e José Bonifácio. In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. **Toda Crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BARRETO, Lima. Sobre o football. In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel. **Toda Crônica**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BOTELHO, Denilson. **Letras militantes**: história, política e literatura em Lima Barreto. 2001. 234f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001.



- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009.
- EL FAHL, Alana de Freitas. *Notas de rodapé: algumas considerações sobre a crônica literária no Brasil e os periódicos do século XIX*. **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores de Periódicos Literários: percursos e propostas**. Feira de Santana: UEFS, 2013.
- FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. **Revista Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993.
- GOMES, Angela de Castro. **A república, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.
- HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e fisionomias: a história do Brasil de João Ribeiro**. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no IHGB (1889-1912)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- JUNQUEIRA, Julia Ribeiro. *As comemorações do sete de setembro em 1922: uma re(leitura) da História do Brasil*. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2011.
- JUNQUEIRA, Julia Ribeiro. **Jornal do Commercio: cronista da História do Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MELO, Victor. *As camadas populares e o remo no Rio de Janeiro da transição dos séculos XIX/XX*. **Revista Movimento**, ano 6, n. 12, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Crônica: a leitura sensível do tempo*. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. **Nuevo Mundo**, Debates, posto on line em: 28 jan. 2006.
- RÜSEN, Jörn. **Qué es la cultura histórica?: reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia**. Historische Faszination. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, 1994.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.